



8377796



08129.002051/2019-50



Ministério da Justiça e Segurança Pública

**RESPOSTA****PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO Nº 04****1. DO RELATÓRIO**

1.1. O presente procedimento licitatório foi instaurado por meio do Processo Administrativo n.º 08129.002051/2019-50, o qual têm o escopo de contratação de Leiloeiros Públicos Oficiais, pessoa física, para a realização de leilão de bens móveis, apreendidos e não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento tenha sido decretado em favor da União, bem como aqueles que podem ser indicados pela Justiça para realização de alienação antecipada, para o período de 12 (doze) meses, visando atender às necessidades da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD).

1.2. O Pregão Eletrônico n.º 04/2019 foi publicado no dia 15 de março de 2019, com a data de abertura do certame marcada para o dia 27 de março de 2019, às 14h.

1.3. Desse modo, no dia 27 de março de 2019 às 11h14min, foi encaminhado, via correspondência eletrônica, o Pedido de Impugnação nº 04 ao Edital (8377657), pela Associação Nacional dos Leiloeiros Oficiais Judiciais - ANLEIJUD.

1.4. Diante disso, passa-se a análise da admissibilidade e, por conseguinte, do mérito da exordial impugnatória.

**2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE**

2.1. Com fulcro no artigo 56 da Lei n.º 9784 de 29 de janeiro de 1999, passa-se a verificação da presença dos pressupostos de admissibilidade da impugnação:

2.2. Da Legitimidade: o artigo 58, inciso IV da Lei n.º 9784/1999 afirma que têm legitimidade para interpor recurso administrativo os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos. Desse modo, atesta-se a legitimidade da exordial impugnatória;

2.3. Da Competência: constata-se que no bojo da petição de impugnação foi observado o endereçamento para autoridade condutora do certame, conforme promana o artigo 56, § 1º da lei do processo administrativo;

2.4. Do Interesse: há o interesse em impugnar o edital, o que constitui o requisito extrínseco do peça inicial;

2.5. Da Motivação: foram devidamente apresentados as razões e fundamentos para o pedido;

2.6. Da Tempestividade: cumpre consignar que o pedido foi apresentado intempestivamente, nos termos dos artigos 18 e 19 do Decreto nº 5.450/2005.

**3. DOS PEDIDOS DO IMPUGNANTE:**

Ocorre que, no tocante ao item ATESTADOS, a resposta obtida não foi satisfatória, uma vez que o edital é claro quanto a necessidade de especificação dos bens junto aos documentos expedidos pelos entes para os quais os leilões foram realizados, inclusive vinculando resultado de 10% (dez por cento) sobre o quantitativo dos bens descritos na tabela constante no Anexo I do referido Edital, mais especificamente o item 8.1.4 do Termo de Referência, novamente colacinada neste questionamento:

(...)

Desta forma, NÃO PROCEDE O PARECER DA ÁREA TÉCNICA, ao afirmar que: "Com referência ao 2 – "características dos bens a serem leiloados" – se faz importante esclarecer que efeitos de comprovação de capacidade técnica, a Adminsitração pode solicitar documentos que atestem a realização de parcela de maior relevância e valor significativo do objeto e aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato, no caso em questão, serão utilizados como parâmetro a comprovação a realização, com êxito, do percentual estabelecido no item 7.20.2.1 dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4, do Termo de Referência anexo ao edital. Utilizando-se como parâmetro e leilão de veículos. Pode a impugnante ter tido uma compreensão equivocada do edital, haja vista os critérios de capacidade técnica dizerem respeito ao leilão de bens móveis, sem individualizar se joias, embarcações, aviões, etc. Ou seja, a capacidade técnica não será aferida para cada subitem do item "bens móveis", mas sim para este último – o detalhamento do item "bens móveis" se deu para os pretensos concorrente terem maior ciência de quais produtos serão submetidos à arrematação."

Isto porque, o texto expresso no edital não expressa o entendimento da área técnica expresso acima, conforme segue:

7.20.2.1. Para efeitos da comprovação de realização, com êxito, DE OBJETO SEMELHANTE AO DESTA LICITAÇÃO, considerar-se-a como PERTINENTE E COMPATÍVEL EM CARACTERÍSTICAS e em quantidade mínima igual ou superior a 10 % (dez por cento) dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital; (grifos nossos)

Veja, Vossa Senhoria, que não há outra interpretação a ser dada que não seja a exigência de atestados constando expressamente a realização de venda dos bens especificados na Tabela acima, divididos quanto a suas características, e não atestados no que se refere ao objeto geral da licitação – bens móveis.

Caso assim não fosse, não haveria qualquer necessidade de se quantificar os itens a serem leiloados, fazendo a estimativa numérica de forma genérica, e não quanto a espécie do bem apreendido/arrecadado.

Com a redação do item 7.20.2.1 na forma acima, CERTAMENTE UMA INFINIDADE DE PROFISSIONAIS DEIXARÃO DE PARTICIPAR DO CERTAME, POR CONSIDERAR QUE NÃO CUMPREM COM A VENDA DE UM OU OUTRO ITEM, EM ESPECIAL AS AERONAVES E EMBARCAÇÕES, QUE SÃO BENS RAROS DE SE TER EM HASTAS PÚBLICAS.

Desta forma, visando ampliar as possibilidades de ampla concorrência, DEVERÁ SER DISPONIBILIZADO DE FORMA URGENTE PERANTE O CERTAME A SER ABERTO ÀS 14 HORAS DO DIA DE HOJE INFORMAÇÃO QUANTO AOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA PODEREM CONSTAR OS BENS DE FORMA GENÉRICA, E NÃO CONFORME SUAS CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS, como faz crer a redação truncada do item 7.20.2.1 do Edital respectivo.

Para fins de continuidade do certame, sem necessidade de suspensões ou renovação dos procedimentos, tendo em vista que se trata de ato mais benéfico aos pretensos licitantes, REQUER EM CARÁTER DE URGÊNCIA, SEJA DEFERIDO MAIOR PRAZO para apresentação dos atestados respectivos para julgamento das propostas vencedoras, além das duas horas após o encerramento da fase de lances, possibilitando com isso que licitantes que se julgavam impossibilitados de participar em razão de não terem realizado venda de algum item específico ainda disponham de tempo hábil a apresentar sua proposta e seus atestados de capacidade técnica.

4.

DA MANIFESTAÇÃO
- 4.1.

Em que pese a intempestividade do Pedido de Impugnação, passamos à análise das alegações levantadas:
- 4.2.

Convém informar que o tema questionado já foi analisado no Pedido de Esclarecimento nº 08, divulgado no sistema Comprasnet e sítio eletrônico do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em 21/03/2019, senão vejamos:

1) No item 7.20.2 consta a obrigação da apresentação de atestado que comprove “a realização de leilões de bens móveis, que se enquadre no objeto da presente licitação”. Contudo, enquanto o item 1.1 do Edital mencionado que o objeto da licitação é a “realização de leilão de bens móveis”, o item 5.1 do Termo de Referência descreve os serviços a serem prestados pelo leiloeiro (remoção, guarda, depósito, organização e pós-venda). Diante disso, indaga-se:

1.1) O atestado que comprovar apenas a realização de leilão de bens móveis é suficiente para cumprir o requisito previsto no item 7.20.2 ou o atestado deve, obrigatoriamente, comprovar ter o licitante realizado todos os demais serviços previstos no item 5.1 do Termo de Referência?

**Resposta - Para efeitos de comprovação capacidade técnica, serão válidos documentos que atestem a realização de leilão de bens móveis.**

1.2) Caso seja necessário que no atestado conste a realização dos serviços indicados no item 5.1 do Termo de Referência, indaga-se se, no que diz respeito aos bens que não forem veículos, fica dispensada a comprovação da “regularização” dos bens? (à medida que só há que se falar em “regularização” pós leilão quando se tratar de veículos, pois apenas em relação a estes bens há procedimentos, pós leilão, relativos a desvinculação de eventuais débitos que recaiam sobre o bem).

**Resposta - Para efeitos de comprovação capacidade técnica, serão válidos documentos que atestem a realização de parcela de maior relevância e valor significativo do objeto e aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato, no caso em questão, serão utilizados como parâmetro a comprovação a realização, com êxito, do percentual estabelecido no item 7.20.2.1 dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4, do Termo de Referência anexo ao Edital, utilizando-se como parâmetro e leilão de veículos.**

2) O item 7.20.2.1 do Edital exige que o(s) atestado(s) a ser(em) apresentado(s) comprovem realização, com êxito, de objeto semelhante “em quantidade mínima igual ou superior a 10 % (dez por cento) dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4 do Termo de Referência”. Contudo, nota-se que o quadro previsto no item 8.1.4 do Termo de Referência prevê, em cada item, quantidade de bens diversos (aeronave, diversos, eletrônicos, etc..). Diante disso, indaga-se 2.1) O(s) atestado(s) a ser(em) apresentado(s) devem comprovar a quantidade mínimo de 10% para cada um dos bens relacionados no referido quadro (aeronave, diversos, eletrônicos, etc..) ou basta a comprovação da quantidade equivalente a 10% do total indicado no mesmo quadro? 2.2) Na hipótese da necessidade de comprovação do mínimo de 10% de cada um dos bens (aeronave, diversos, eletrônicos, etc..) indaga-se se, no caso de inexistir algum tipo de bem em um item específico (a exemplo da inexistência de aeronave no item 1 do quadro), ainda assim é necessário comprovar a venda de tal bem?"

**Resposta - Para efeitos de comprovação capacidade técnica, serão válidos documentos que atestem a realização de parcela de maior relevância e valor significativo do objeto e aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato, no caso em questão, serão utilizados como parâmetro a comprovação de realização, com êxito, do percentual estabelecido no item 7.20.2.1 dos quantitativos estimados constantes na tabela presente no item 8.1.4, do Termo de Referência anexo ao Edital, leilão de veículos.**

- 4.3.

Ainda quanto à habilitação técnica, é importante destacar que nos termos do art. 30, inc. I, § 1º da Lei nº 8.666/93 a exigência de atestados de capacidade técnica somente será válida quando referentes às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto. A própria Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI determina que Administração poderá exigir das licitantes tão somente a comprovação de aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato.

Art. 37

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

- 4.4.

Importante destacar que nos termos do art. 30, inc. I, § 1º da Lei nº 8.666/93 a exigência de atestados de capacidade técnica somente será válida quando referentes às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto. Parcela de maior relevância seria o total de elementos que individualizam e diferenciam o objeto, evidenciando seus pontos mais críticos, de maior dificuldade técnica. Trata-se, portanto, das características essenciais do serviço a ser contratado de grande relevância para o resultado almejado pela contratação.

- 4.5.

Assim sendo, diante do caso concreto, considerando que a exigência da comprovação da capacidade técnica deverá limitar-se às parcelas de valor significativo do objeto, cumpre avaliar se a exigência de todos os projetos indicados para fins de comprovação da capacidade técnica da licitante, atendem tal exigência uma vez que exigências desarrazoadas além de ferir a determinação legal supramencionada poderão restringir a competitividade do certame licitatório.

A habilitação técnico-operacional só pode ser exigida de licitantes para demonstração da capacidade de execução de *parcelas* do objeto a ser contratado que sejam, cumulativamente, de *maior relevância* e de *maior* valor - Acórdão 2992/2011-Plenário

A demonstração da capacidade técnico-operacional de execução de serviços deve-se restringir às *parcelas* de *maior relevância* e valor significativo do objeto a ser contratado - Acórdão 31/2013-Plenário

- 4.6.

Por fim, cumpre registrar que esclarecimentos prestados administrativamente para responder a questionamento de licitante têm natureza vinculante para todos os participantes do certame, ou seja, a resposta ao pedido de esclarecimento caracteriza efeito vinculante ao Edital, no sentido de possuir a mesma força obrigatória do instrumento convocatório.

- 4.7.

Desse modo, não há afiguram motivos para deferimento do pedido solicitado.

5.

DA DECISÃO
- 5.1.

Diante do exposto, mesmo intempestivo o pedido e, com lastro nos posicionamentos levantados, **NEGO PROVIMENTO**, decidindo pela **IMPROCEDÊNCIA** do Pedido de Impugnação nº 04 ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 04/2019 interpostos pela ANLEIJUD.
- É a decisão.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRA LACERDA FERREIRA RIOS, Pregoeiro(a)**, em 27/03/2019, às 12:01, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **8377796** e o código CRC **743F9D04** O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.